



RITO URGENTE
como projeto tramita em rito urgente, caso não seja votado na sessão do dia 20, passará a trancar a pauta do Legislativo.

TAUBATÉ

Votação de nova taxa da Vigilância é adiada de novo

IMPASSE. A Câmara adiou pela terceira vez a votação do projeto do prefeito Ortiz Junior (PSDB) que cria uma nova taxa a ser cobrada pela Vigilância Sanitária de Taubaté. O pedido de adiamento, válido por duas sessões, partiu novamente do líder do tucano na Casa, o vereador Douglas Carbonne (PCdoB). Carbonne disse que pretende solicitar a realização de uma audiência pública para debater a proposta, que enfrenta resistência no Legislativo. A nova taxa é para emissão de laudo técnico de avaliação, que pode variar de R\$ 367 a R\$ 919, de acordo com a metragem do estabelecimento. O projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Finanças da Câmara, que apontou que os preços propostos em Taubaté estão acima do mercado. Emenda do vereador Digão (PSDB) propõe fixar a taxa em R\$ 97,33. ■

MANINHO

Prisão de testemunha adia conclusão de processo

AÇÃO. A Justiça de São José dos Campos remarcou para o dia 7 de abril o depoimento de uma testemunha-chave do Ministério Público na ação em que o vereador Maninho Cem Por Cento (PTB) foi denunciado por improbidade administrativa, por utilizar um assessor de gabinete para serviços particulares. Reginaldo Pedrosa, que já havia faltado a duas audiências no ano passado, deixou de comparecer à oitiva marcada para essa terça-feira. Dessa vez, o motivo foi inusitado: segundo a mãe dele informou ao oficial de justiça, Pedrosa está preso pelo não pagamento de pensão alimentícia. Ex-funcionário comissionado da prefeitura, Pedrosa é o autor de uma segunda denúncia contra o vereador, investigada desde maio de 2018 pelo MP - de que o parlamentar cobraria 'pedágio' de servidores indicados para atuar na prefeitura. Maninho nega as duas acusações. ■

PREVIDÊNCIA EMENDA COLETIVA FOI ASSINADA POR 11 VEREADORES DA BASE ALIADA AO GOVERNO FELICIO

Devido a emenda, reforma deve ser votada no dia 20

Projeto de Reforma da Previdência do governo Felício estaria apto a ser votado já nessa quinta-feira, mas apresentação de emenda reabriu prazo para pareceres de comissões

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Da redação
@jornalovale

A apresentação de uma emenda coletiva pela base aliada ao governo Felício Ramuth (PSDB) deve fazer com que o projeto da Reforma da Previdência seja votado apenas no dia 20, quinta-feira da semana que vem, pela Câmara de São José dos Campos.

Como o prazo para que as comissões de Justiça, Redação e Direitos Humanos e de Economia, Finanças e Orçamento emitissem parecer ao projeto havia se esgotado nessa segunda-feira, havia a expectativa de que a proposta fosse levada ao plenário já nessa quinta-feira, dia 13.

No entanto, agora as comissões terão novo prazo para analisar a emenda coletiva, que foi assinada por 11 vereadores - o número garantiu a tramitação dela, embora tenha sido protocolada fora do prazo de emendas, que se esgotou em dezembro.

Pela Comissão de Economia, o relator Roberto do Eleven (Republicanos) emitiu parecer favorável à emenda no mesmo dia em que ela foi apresentada, dia 10, segunda-feira. Agora, os demais vereadores da comissão, José Dimas e Sérgio Ca-



Flávio Pereira/CMSJC

Previdência. Plenário da Câmara de São José dos Campos, com o protesto de servidores nas galerias

margo, ambos do PSDB, terão três dias úteis para votarem - o prazo termina na quinta-feira.

Pela Comissão de Justiça, o relator Dilermando Dié (PSDB) emitiu parecer nessa terça-feira. Com isso, Juvenil

Silvério (PSDB) e Juliana Fraga (PT) terão até sexta-feira para votarem.

Ou seja, o projeto será votado nessa quinta-feira apenas se todos os vereadores das comissões emitirem seus votos antes do fim do prazo. Na base governista, como há a certeza de que Juliana Fraga não fará isso, o dia 20 já é tido como a data certa para a votação em plenário.

Além disso, como o projeto foi protocolado em 12 de dezembro e tramita em rito ur-

gente, caso não seja votado na sessão do dia 20, passará a trancar a pauta - nenhuma outra proposta poderá ser analisada antes da Reforma da Previdência.

EMENDA.

A emenda coletiva propõe alterações em três dos pontos considerados mais polêmicos do projeto: garante o gatilho salarial e o 13º salário a aposentados e pensionistas, e eleva de 50% para 70% a cota familiar da pensão por morte. ■



***11**
Vereadores governistas assinaram a emenda coletiva, que foi protocolada pela base aliada nessa segunda.

INCÊNDIOS SERVIÇO SERÁ FEITO EM 77 ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E PODERÁ CUSTAR ATÉ R\$ 20,994 MILHÕES

AVCB em escolas: disputa atrai cinco empresas

SEGURANÇA. Cinco empresas apresentaram proposta na concorrência aberta pela Prefeitura de São José dos Campos para a realização de adequações que permitirão que 77 escolas municipais recebam o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). As propostas foram recebidas nessa terça-feira. Estão na disputa: Elefe, ICF,

Ofos Tecnologia, DHR e Spalla Engenharia. A documentação das empresas passará por análise técnica. Posteriormente, serão abertos os envelopes com as propostas financeiras. Vencerá a disputa a concorrente que oferecer o menor preço - o valor máximo é de R\$ 20,994 milhões.

A contratada terá até oito meses para fazer as adequações



Claudio Vieira/PMSJC

Risco. Escola da rede municipal de São José dos Campos

nas escolas. Serão realizados serviços como instalação de guarda-corpo, corrimão, luzes de emergência, sinalização de rota de fuga e revisão das instalações elétricas.

O AVCB é o documento emitido pelo Corpo de Bombeiros para certificar que a edificação possui as condições de segurança contra incêndio (conjunto de medidas estruturais, técnicas e organizacionais integradas para garantir a edificação um nível ótimo de proteção no segmento de segurança contra incêndios e pânico). ■